A AMÉRICA DO SUL COMO PRIORIDADE: A política externa do governo Lula/PT (2003-2010).

CÁSSIO AUGUSTO S. A. GUILHERME[1]

Resumo: O presente artigo resgata a política externa do governo Lula para a América do Sul. Com isso, ao compará-la com o governo anterior, analisamos se o mesmo contribuiu para melhor aproximação com os demais países do continente, contribuindo com a estabilidade política, maior troca comercial, desenvolvimento social e de infraestrutura. Para tanto, utilizamos parte da bibliografia pertinente, documentos do Ministério das Relações Exteriores e fazemos o contraponto com a revista Veja, o maior semanário do país e de forte ideologia neoliberal e antipetista.

Palavras-chave: Política Externa; Governo Lula, América do Sul.

Abstract: The present article manages to rescue the South America foreign policy under Lula´s government. By comparing it with the one from the last government, we seek to analyze if it contributed to a best approximation with the other countries in the continent leading to politic stability, superior commercial exchange, social and infrastructure development. For that matter we made use of pertinent bibliography and documents from Ministério das Relações Exteriores counterpointing it with Veja magazine, the country biggest weekly journal and with high neoliberal and anti-PT ideology.

KeyWords: Foreign Policy, Lula´s Government, South America

Introdução:

[1] Professor da Faculdade Ingá/Uningá e da Faculdade Alvorada/Maringá. Autor do livro "A Ditadura Civil-Militar e a 'politicalha interiorana': o caso Halim Maaraoui em Nova Londrina-PR (1968), publicado pela Editora CRV, de Curitiba.

Em recente viagem que fizemos pelo Peru e Bolívia, posteriormente para o Chile, Argentina e Uruguai, todos de mochilão e com intenso contato com os populares, nos deparamos com algumas situações que fizeram pensar a relação entre o Brasil e seus países vizinhos na formação de nossa imagem no exterior. Apesar da receptividade sempre amistosa em cidades turísticas, a visão geral que se tem sobre o brasileiro é de que somos um povo de grande poder aquisitivo. Além disso, no plano cultural, apesar dos idiomas serem próximos, na prática o distanciamento é muito grande entre os brasileiros e os demais povos do continente, por exemplo, na questão musical e culinária.

Assim, o presente texto tem por objetivo resgatar a política externa para a América do Sul durante o governo do presidente Luis Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT). Nosso objetivo aqui é minimamente compará-la ao governo anterior e observar se o resultado foi de melhor aproximação com os demais países do continente, contribuindo com a estabilidade política, maior troca comercial, desenvolvimento social e de infraestrutura. Para tanto, utilizamos parte da bibliografia pertinente, documentos do Ministério das Relações Exteriores e fazemos o contraponto com a Revista Veja, o maior semanário do país e de forte ideologia neoliberal e antipetista (GUILHERME, 2013).

No período analisado, o Brasil passou a ser a sexta maior economia do mundo (BARBOSA, 2013) e seus programas sociais de combate à fome ganharam destaque, sendo copiados em outros países (a taxa de pobreza caiu de 26,7% para 12,8% da população e a denominada classe média saltou de 38% para 52% dos brasileiros {MATTOSO, 2013:114}). Além disso, nossas fronteiras nos ligam diretamente a dez países, o que torna a questão das relações internacionais com a América do Sul, de grande importância não apenas econômica, mas também militar, cultural, turística e social. Nas palavras do diplomata e secretário-geral do Ministério no período analisado, Samuel Pinheiro Guimarães:

> A América do Sul é um dos continentes mais dispares do mundo em termos de distribuição de renda e riqueza. A assimetria entre Brasil e cada um dos seus vizinhos, em termos de desenvolvimento, é um ponto muito importante para a execução e formulação da política externa (2012:18).

Breve resumo da política externa brasileira nos anos 1990:

Precisamos situar a política externa brasileira no contexto internacional de fim

do século XX. Com o colapso da União Soviética, parecia certo a muitos analistas e políticos que uma Era chegava ao fim junto com a Guerra Fria. Segundo Hobsbawm, "pela primeira vez em dois séculos faltava inteiramente ao mundo da década de 1990 qualquer sistema ou estrutura internacional" (1995: 537). Os Estados Unidos da América (EUA) eram o único Estado reconhecido como grande potência.

Neste cenário, as primeiras discussões versavam sobre a ineficiência do comunismo e o triunfo do modelo capitalista e liberal. Assim, o período assistiu a um "aumento da interdependência e da transnacionalização, o maior impacto dos atores privados no sistema internacional e a mediação das organizações internacionais nos relacionamentos diplomáticos" (PECEQUILO, 2012: 174). O modelo liberal foi aos poucos se disseminando por todo o planeta "em direção à homogeneização de formas de pensamento e ação" (PECEQUILO, 2012: 175), no que ficou conhecido como "nova ordem mundial" e expansão do capitalismo. Entretanto, esta homogeneização não se confirmou e novos conflitos políticos, bélicos, ideológicos e econômicos foram surgindo ao longo dos anos.

Importante neste novo cenário também é o denominado Consenso de Washington (1989) que consiste em uma espécie de receituário macroeconômico do governo dos Estados Unidos e técnicos do Fundo Monetário Internacional (FMI) como condição para que os países da América Latina pudessem receber cooperação financeira. O Consenso pregava "as privatizações, a diminuição da intervenção do Estado na economia, a abertura econômica e desregulamentação dos mercados de trabalho" (MOREIRA, 2010: 301). Em outras palavras, ratificou-se a proposta neoliberal que foi implantada em graus diferentes em cada país da América Latina nos anos 1990. No Brasil, o neoliberalismo já era timidamente implantado nos anos 1980, mas se consolidou fortemente na década seguinte, principalmente de Fernando Henrique Cardoso (FHC) do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB).

No Brasil, o processo de transição da Ditadura à democracia se consolidou com a eleição presidencial de 1989 e vitória do candidato conservador Fernando Collor de Mello. Apesar de avanços na área ambiental e de direitos humanos, as relações internacionais do governo Collor podem ser caracterizadas como "entreguista", uma vez que foi feita de forma "impulsiva, unilateral, sem exigir contrapartidas ou reciprocidades, sem preocupação de salvaguardas e sem garantir às empresas nacionais condições de competir com os produtos importados" (BECARD, 2009: 86). Para alguns analistas, não fossem as resistências internas dentro do Itamaraty, a política externa teria sido mais desastrosa ainda.

No plano latino-americano, prosseguiu-se a aproximação bilateral com a Argentina e no ano de 1991, a assinatura do Mercado Comum do Sul (Mercosul), com a inclusão do Paraguai e Uruguai. Tais avanços seriam uma resposta ao governo estadunidense que pretendia implantar uma área de livre comércio em todo o continente americano (Alca).

Após o impedimento de Fernando Collor, o governo interino de Itamar Franco deu continuidade à política externa de integração em relação ao continente sul-americano. Deu-se seguimento ao processo de fortalecimento e organização do Mercosul, ao mesmo tempo em que foi lançado o Tratado de Cooperação Amazônica, com vista à integração dos países da fronteira Norte do país.

No período de governo de FHC, o Brasil manteve uma política moderada no plano internacional, chegando a ser vista como "conformista e voluntarista, sobretudo frente ao processo de globalização promovido pelas grandes potências" (BECARD, 2009: 129). Embora o Mercosul fosse um dos objetivos principais da política externa do governo, no final dos anos 1990 uma série de acordos passaram a ser descumpridos e temas importantes deixaram de ser debatidos. Segundo Danielly Becard, o Brasil "foi acusado de adotar medidas unilaterais nas negociações do Mercosul, especialmente devido à tarefa de estabilizar a economia brasileira" (2009: 98).

Diante da ofensiva dos EUA e sua pressão pela consolidação da Alca, que contava inclusive com o apoio da Argentina, o Brasil procurou voltar sua atenção ao Mercosul e à Comunidade Andina (Bolívia, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela). Importante registrar neste processo a realização no ano 2000 da primeira Reunião de Presidentes da América do Sul, em Brasília e por iniciativa do governo brasileiro, que teve como temas centrais o desenvolvimento de projetos nas áreas de energia, transportes e telecomunicações. Diante deste cenário de incertezas e assimetrias regionais, a estratégia brasileira foi de consolidar os resultados alcançados, mas "evitando o aprofundamento da integração" (BECARD, 2009: 130).

Podemos afirmar que os anos 1990 foram de forte hegemonia do neoliberalismo na América do Sul. Os grandes países implantaram, cada um ao seu ritmo, os ideais do Consenso de Washington. Vários fatores, no entanto, contribuíram para a crise neoliberal nestes países sul-americanos, o que possibilitou a ascensão de partidos de esquerda ou progressistas no continente em início do século XXI. Dentre esses países está o Brasil com a eleição de Luis Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores, em 2002 (MOREIRA, 2010: 337).

A política externa do governo Lula/PT

Se na política externa do governo Fernando Henrique Cardoso/PSDB prevalecia a ideia de as grandes potências, os EUA em especial, serem entendidos como os principais atores do cenário internacional; o governo Lula fez uma análise distinta, ou seja, havia a leitura de um cenário mais polarizado, em que o Brasil deveria agir na construção de uma nova correlação de forças. O papel do país seria de "organizar o espaço sul-americano e aliar-se àquelas nações emergentes na busca de maior equilíbrio externo" (LEITE, 2011: 168).

Já em seu discurso de posse, o presidente Lula afirmou que a grande prioridade de sua política externa seria "a construção de uma América do Sul politicamente estável, próspera e unida, com base em ideais democráticos e de justiça social" (2003: 40). Para tanto, o presidente eleito prometeu reforçar a importância do Mercosul que se encontrava "enfraquecido pelas crises de cada um de seus membros e por visões muitas vezes estreitas e egoístas do significado da integração" (2003: 41).

Para conduzir sua política externa, Lula nomeou como Ministro o experiente Celso Amorim, que já havia ocupado o cargo no governo de Itamar Franco (1993-1994). Em entrevista para a Revista Veja, no ano de 2004, Amorim afirmou que ajudava a executar a política externa do governo Lula, porque teria "total afinidade com os objetivos traçados pelo presidente"[2].

Para o Brasil, como maior economia, território, população e riquezas naturais do continente, o exercício da liderança regional, mesmo que cooperativa, esbarra em dois temores a serem superados: "que a vontade de liderar não fosse vista pelos vizinhos como desejo de dominar (imperialismo/sub-imperialismo) e que a defesa da autonomia não se transformasse em hostilidade perante os Estados Unidos (antiamericanismo)" (BECARD, 2009: 145). Assim, por meio de concessões de crédito e promoção de um comércio mais justo entre as nações, a política externa do governo Lula conseguiu reverter o processo de fragmentação do Mercosul. Importante notar que no primeiro ano de mandato de Lula, os presidentes de todos os países do continente vieram ao Brasil em visita oficial.

[2] Edição n 1838 de 28 de janeiro de 2004, página 12.

No plano institucional, depois de proposta do deputado federal Dr. Rosinha (PT-PR), foi apresentada pelo governo brasileiro a possibilidade de formação do Parlamento do Mercosul, devidamente instalado em dezembro de 2006. O Parlamento se constituiu em um importante espaço de debate, representação e integração dos países membros. O próprio deputado, integrante do Parlamento, comenta a sua atuação: "organizamos um grupo com o objetivo de ampliar o debate de construção de uma visão de integração da América" (FIER, 2010: 64).

Outro importante passo na integração do continente foi a criação da Comunidade Sul-Americana de Nações (Casa), em reunião que contou com todos os presidentes do continente em Cusco, no Peru em 2004 que visava aproximar o Mercosul da Comunidade Andina. Dos encontros realizados dentro da Casa, direcionou-se formalmente à implantação da União de Nações Sul-Americanas (Unasul) no ano de 2011, uma vez que a integração, no entendimento do governo Lula, não poderia ficar restrita à bacia do Prata e ao Mercosul.

Um dos principais entraves à integração sul-americana são as disparidades estruturais entre os países. Para amenizar a situação, foi formado em 2004 o Fundo para Convergência Estrutural do Mercosul (Focem), com o objetivo de destinar recursos para obras de infraestrutura elétrica, habitação, educação, transportes, dentre outros. O Brasil é o maior contribuinte do Fundo, com muitos repasses feitos através do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Segundo dados do governo, desde 2003, o Brasil já aprovou o financiamento de mais de US$ 10 bilhões em obras de infraestrutura e interligação na região[3].

Outra importante iniciativa neste sentido foi o lançamento em maio de 2003 do Programa de Substituição Competitiva de Importações (PSCI), em que o governo brasileiro organiza feiras e seminários a fim de convencer os empresários nacionais a importar bens e serviços dos países sul-americanos, ao invés de o fazerem de outros continentes. Muitas vezes, por simples desconhecimento ou preconceito, empresários brasileiros deixavam de comprar produtos mais baratos na América do Sul e de igual qualidade. Segundo Patrícia Leite:

[3] O Balanço completo da Política Externa brasileira entre 2003-2010 pode ser acessado no site: http://www.itamaraty.gov.br/temas/balanco-de-politica-externa-2003-2010/0-capa/view

> Tratava-se de iniciativa de fundo também político, que tencionava desfazer idéia de interesse brasileiro puramente mercantilista na região, e demonstrar a disposição do Governo em incrementar os laços entre os países em bases mais equânimes, ao promoverem-se os produtos e serviços dos Estados sul-americanos no Brasil. (2011: 175)

Diante de todas estas iniciativas do governo Lula na política externa para a América, o volume de comércio feito pelo Brasil no período cresceu consideravelmente. Em 2002, a corrente de comércio entre o Brasil e os demais países do Mercosul foi de US$ 8,9 bilhões, enquanto que em 2008 foi registrado o valor de US$ 36,6 bilhões[4].

Debate sempre polêmico versou sobre a proposta estadunidense de implantar a Área de Livre Comércio das Américas (Alca). Encerradas sem acordo em 2005, principalmente por resistência do Mercosul, uma vez que os Estados Unidos dificultaram as negociações sobre a sua redução de subsídios agrícolas e abertura de seu mercado para os países latinos. Interessante é a tentativa da Revista Veja em colocar o ministro Celso Amorim contra a parede em entrevista de 2004. Destacamos duas perguntas e respostas que bem ilustram aquele momento:

> Veja – Como será a Alca possível?
> Amorim – A Alca que estiver concentrada no acesso a mercados e que tenha algumas regras gerais, mas que respeite a capacidade dos países de terem seus próprios modelos de desenvolvimento (...) Queremos uma Alca ampla, mas equilibrada.
> (...)
> Veja – E o que o Brasil aceita perder na Alca?
> Amorim – Não aceitamos perder a dignidade. Não vamos aceitar modelos que vêm prontos, tudo tem que ser negociado. O que acontecia antes era uma falsa negociação.[5]

Durante o período em que Lula foi presidente do Brasil, vários países da América do Sul passaram por momentos de instabilidade política e tentativas de golpe de Estado. Como dito acima, em seu discurso de posse, Lula prometeu atuar na construção de um continente "politicamente estável"; além disso, o inciso IV do artigo 4° da Constituição brasileira prega a não intervenção, o que no governo Lula não foi entendido como omissão ou indiferença, diante dos problemas que afetavam os países vizinhos.

[4] Os dados completos podem ser acessados no site do Ministério das Relações Exteriores: http://www.itamaraty.gov.br/temas/balanco-de-politica-externa-2003-2010/0-capa/view
[5] Edição n 1.838 de 28 de janeiro de 2004, página 13.

Vejamos alguns exemplos, tendo como contraponto as opiniões emitidas pela Revista Veja, que conforme pesquisa de Carla Silva, pode ser caracterizada como um semanário de forte discurso neoliberal e de combate à ideologia de esquerda. Nas páginas da Revista, não há alternativas e todos aqueles que defendam algo fora do Consenso de Washington são ridicularizados (SILVA, 2009). No nosso caso, os presidentes Hugo Chávez, da Venezuela, Evo Morales, da Bolívia, Rafael Correa do Equador e Cristina Kirchner, da Argentina, seriam as "feras radicais"[6] que causam instabilidade no continente por terem, cada um à sua maneira, implantado em seus países uma política de esquerda ou progressista, também nas relações exteriores.

Um dos momentos mais delicados para a política externa do continente, no período analisado, foi o bombardeio que o exército colombiano promoveu em solo equatoriano, em 1º de março de 2008, quando morreram mais de 20 membros das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc). Tal fato fez com que a Venezuela, o Equador e a Bolívia rompessem relações diplomáticas com a Colômbia, inclusive, Hugo Chávez chegou a mobilizar tropas em sua fronteira com este país.

Em matéria de capa, a Revista Veja acusa o presidente da Venezuela de ser o principal financiador das Farc com o objetivo de "fomentar tensões na região" com vistas ao seu "projeto de poder totalitário da esquerda radical na América Latina, único lugar do mundo onde essas sandices que envenenaram o século XX ainda parecem ter algum fôlego"[7]. Embora a Revista admita que tal fato foi uma inquestionável violação de território, Veja não perde a oportunidade de fazer discurso antiesquerdista em sua matéria.

Sobre a atuação do Brasil no episódio, Veja é ambígua em seus comentários: ao mesmo tempo em que diz que o país "fez tudo certo na crise atual", também afirma que o Brasil participaria do Foro de São Paulo, que inclui as Farc e segue as orientações do grupo. A Revista Veja faz assim uma deliberada confusão na cabeça do leitor, pois o Brasil não participa do Foro de São Paulo, mas sim o PT, partido governista, e a política externa brasileira não segue as orientações das Farc. Tal acusação seria gravíssima. Veja manipula as palavras e os fatos com o deliberado interesse de associar o presidente Lula a ações de guerrilheiros.

Outro momento de tensão foi a crise política interna vivida pela Bolívia no mês de setembro de 2008. Parte da população de cinco departamentos[8] bolivianos saíram às ruas

[6] Capa da edição n 2051 de 12 de março de 2008.
[7] Edição n 2051 de 12 de março de 2008, página 43.
[8] O equivalente aos Estados da federação, aqui no Brasil.

contra o presidente Evo Morales. Em sua matéria sobre o caso, a Revista Veja se esforçou em convencer o leitor de que tais manifestações tinham "enorme apoio popular" e desqualificou como "manual populista" a expulsão por Morales do embaixador dos Estados Unidos, acusado de inflamar os revoltosos com vistas à derrubada do presidente. No entanto, a principal preocupação da Revista não era com o presente ou o futuro da Bolívia. "Ameaças ao nosso gasoduto. Um risco na crise criada pelos desmandos populistas de Evo Morales: a interrupção no fornecimento de gás para o Brasil"[9]. Esta é a chamada da matéria que trata sobre o assunto. Para Veja, a única preocupação é com o "nosso gasoduto" e a culpa é sempre do "populista Evo Morales", com ajuda de Hugo Chávez e sua "ideologia do século passado". Para fomentar ainda mais o seu argumento, a edição seguinte da Revista diz que Evo Morales está "destruindo a economia e a democracia para criar um estado narcossocialista"[10]. Veja cobra do governo brasileiro que intervenha de forma direta para garantir o abastecimento de gás ao país.

Para fecharmos a breve análise sobre a tríade das "feras radicais" no discurso "vejístico", há a tentativa de golpe contra o presidente do Equador, Rafael Correa, em setembro de 2010. Para a Revista, "O velho golpe do golpe: o presidente do Equador transforma uma greve da polícia em uma suposta tentativa de apeá-lo do poder"[11]. Mais uma vez a Revista desqualifica as iniciativas do presidente equatoriano e deixa nas entrelinhas certa decepção pelo fato de que tais presidentes latinos não tenham caídos diante das crises políticas de seus países.

Para a Revista Veja, o grupo de "feras radicais" da America do Sul ganhou o ingresso de Fernando Lugo, presidente eleito do Paraguai em abril de 2008. Segundo palavras da Revista, a promessa de campanha de Lugo em renegociar o contrato de Itaipu entre Brasil e Paraguai colocaria o "Itamaraty à prova"[12]. A Revista Veja, claro, se coloca contra as pretensões do povo paraguaio. Fato é que, em 2009, o governo brasileiro concordou em rever o acordo referente à Itaipu. Nas palavras do presidente Lula, foi um acordo histórico, uma vez que "não interessa ao Brasil ter um vizinho que não tenha o mesmo ritmo de crescimento que ele"[13]. O acordo ainda incluiu financiamentos brasileiros para obras de infraestrutura no Paraguai. Porém, ambos deveriam ser ratificados pelo Congresso Nacional.

[9] Edição n 2078 de 17 de setembro de 2008, página 82.
[10] Edição n 2079 de 24 de setembro de 2008, página 120.
[11] Edição n 2185 de 06 de outubro de 2010, página 98.
[12] Edição n 2058 de 30 de abril de 2008, página 78.
[13] Segundo matéria da Folha de São Paulo: http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u600336.shtml

Um dos momentos mais polêmicos que a diplomacia teve que enfrentar no período, envolveu também a Petrobrás e o governo boliviano. Em 1˚ de maio de 2006, o presidente da Bolívia, Evo Morales, não apenas nacionalizou os recursos naturais bolivianos, como comandou pessoalmente, junto com o exército, a tomada das refinarias de empresas estrangeiras que exploravam petróleo e gás no país, dentre elas a Petrobrás, estatal brasileira.

A Revista Veja, principal crítica ao governo Lula à época, deu matéria de capa em 10 de maio onde o presidente brasileiro aparecia de costas, com a marca de um "chute na bunda", chamado de "bobo da corte do venezuelano Hugo Chávez, que tramou o roubo do patrimônio brasileiro na Bolívia"[14]. Na reportagem especial, além dos já tradicionais chavões antiesquerdistas de Veja, há clara tentativa de ridicularizar o presidente Lula e sua política externa para o continente. Segundo Veja, "Lula engoliu o desaforo e ainda se solidarizou com o agressor"[15]. A Revista embora reconheça que a Bolívia tenha direito às riquezas de seu subsolo, cobra do governo brasileiro uma negociação firme no caso, para recuperar o patrimônio da Petrobrás e evitar a carestia no preço do gás. Segundo o Ministro Marco Aurélio Garcia, omitia-se nos protestos midiáticos brasileiros o fato de que a "Petrobrás tenha sido devidamente indenizada e lá continue operando" (2013:60)

Proposta pelo presidente Lula em 2007, mas com a primeira turma começando apenas em 2010 a Universidade Federal da Integração Latino-Americana foi criada em Foz do Iguaçu, região de fronteira com Argentina e Paraguai. Atualmente são 16 cursos de graduação em várias áreas do conhecimento. Segundo o deputado Dr. Rosinha, "com 50% de alunos brasileiros e 50% de outros países latino-americanos, a mesma proporção quanto à origem dos professores (...) Será um instrumento de integração que nos orgulhará no futuro" (2010: 66).

O êxito dos programas sociais do governo Lula, em especial o programa Fome Zero, que engloba uma série de iniciativas, despertou em vários países do mundo e também da América do Sul o interesse em trocar informações e técnicas. Por meio da Agência Brasileira de Cooperação, o governo brasileiro tem colaborado com todos os países do continente em áreas como desenvolvimento social, combate à fome, saúde, agricultura família, dentre outras.

Apenas para ficarmos em alguns exemplos desta cooperação técnica brasileira: na Bolívia já houve o apoio, por exemplo, ao "Programa Desnutrição Zero", à

[14] Edição 1.955, de 10 de maio de 2006, capa.
[15] Edição 1.955 de 10 de maio de 2006, página 89.

criação da "Instituição Pública de Pesquisa Agropecuária da Bolívia", da implantação do "Banco de Leite Materno", dentre outros. No Paraguai, o apoio se deu na área da agricultura familiar e na produção de biocombustíveis etc[16].

Considerações Finais:

Para a Revista Veja, o resultado do governo Lula como um todo foi péssimo, apesar da reeleição do presidente, altos índices de aprovação popular e do fato de ter conseguido eleger a então Ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, do PT, como sua sucessora. Na questão da política externa, a opinião ideológica neoliberal e antipetista não poderia ser diferente.

Em 2006, ano da reeleição de Lula, a Revista Veja acusa a política externa do presidente de ser baseada em uma ingenuidade ideológica. Diz a Revista que "por causa da vaga cartilha ideológica de esquerda que passou a nortear as ações da diplomacia brasileira (...) o governo repete o padrão de subordinar os interesses nacionais às obsessões históricas do partido"[17], para depois em 2008 finalizar que "pode bater, que o gigante é manso"[18].

Além disso, em pelo menos três oportunidades a Revista abriu suas páginas amarelas de entrevista semanal para abordar o tema das relações exteriores do Brasil. Coincidência ou não, em todas elas os entrevistados criticaram os rumos da política externa do governo Lula. Em 2007, o diplomata aposentado Roberto Abdenur afirmou que a política externa estava contaminada de antiamericanismo e orientação ideológica, algo que não havia acontecido nem durante a Ditadura. No ano seguinte, o historiador Marco Antonio Villa disse que se Lula fosse o presidente durante a denominada República Velha, o Brasil perderia o Acre para a Bolívia. Em pleno período eleitoral de 2010, mais uma vez Roberto Abdenur reforçou que Lula agiu mal em sua política externa, fortemente ideologizada, algo semelhante ao ocorrido durante a Ditadura (contradição clara com a entrevista anterior) e que o novo presidente deveria fazer o contrário[19].

[16] Mais informações no site da Agência Brasileira de Cooperação: www.abc.gov.br
[17] Edição n 1.955 de 10 de maio de 2006, página 99.
[18] Edição n 2.080 de 1° de outubro de 2008, página 118.
[19] Edições n 1.994 de 07 de fevereiro de 2006; n 2.056 de 16 de abril de 2007 e edição n 2.181 de 08 de setembro de 2010.

A crítica "vejística" de que a política externa do presidente Lula foi marcada por um forte viés ideológico faz todo sentido. No entanto, a Revista deixa de dizer que a política externa dos governos anteriores e a até mesmo a visão da Revista no caso também são marcados por um viés ideológico, de interpretação do passado e do presente.

Segundo o ministro Celso Amorim:

> A América do Sul sempre foi um continente marcado pela desigualdade, pelo controle de uma elite que não representava a maioria da população (...) Isso gera situações e reivindicações acumuladas historicamente que precisam ser tratadas (2010: 98-99)

Estes séculos de exploração da elite sul-americana sobre a massa da população, aliada aos anos de neoliberalismo e redução do Estado e crises econômicas, fizeram com que lideranças de esquerda e progressistas assumissem democraticamente o poder na maioria dos países do continente. Essa nova realidade de presidentes que fizeram suas carreiras políticas em compromissos com as classes subalternizadas precisa ser levada em conta na hora de analisar as políticas externas do continente no século XXI.

As iniciativas da política externa do governo Lula para a América do Sul merecem elogios como, por exemplo, as parcerias para obras de infraestrutura, a cooperação em questões de desenvolvimento social e a criação da Unila. No campo político, o destaque fica para a consolidação da Unasul. No plano econômico, as trocas comerciais aumentaram consideravelmente. Acreditamos que o alarde "vejístico" merece ser refletido, mas que no fundo, não passa de recalque ideológico contra uma política externa que vem atingindo bons resultados práticos. Segundo o Assessor Especial da Presidência para Assuntos Internacionais, Marco Aurélio Garcia:

> As diferenças de tratamento em relação aos países vizinhos não decorrem de "simpatias ideológicas", como querem uns, ou se uma ingênua "generosidade" paga pelo povo brasileiro, como explicam outros. Trata-se, antes de tudo, da assunção pela política externa brasileira, da importância que tem para o país uma América do Sul desenvolvida econômica e socialmente e estável politicamente. (...) O Brasil não aspira a "liderança" do continente, (...) [mas] quer construir um movimento de solidariedade continental que instaure um novo tipo de relacionamento no qual não exista espaço para qualquer tentação de um "imperialismo brasileiro". (2013:61)

Para finalizar e neste mesmo sentido, nas palavras do deputado Dr. Rosinha, "cabe ao Brasil um papel solidário e integracionista. Ou faz a integração solidária ou construirá muros nas nossas fronteiras, como os EUA construíram na fronteira com o México" (2010:65).

Referências Bibliográficas:

AMORIM, Celso. Sem medo de decidir. In: JAKOBSEN, Kjeld (org.) **A Nova Política Externa**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2010.

BARBOSA, Nelson. Dez anos de política econômica. In: SADER, Emir (org.). **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma.** São Paulo: Boitempo, 2013.

BECARD, Danielly Silva Ramos. **Relações exteriores no Brasil Contemporâneo.** Petrópolis: Vozes, 2009.

FIER, Florisvaldo. A política externa e a integração regional. In: JAKOBSEN, Kjeld (org.) **A Nova Política Externa**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2010.

GARCIA, Marco Aurélio. Dez anos de política externa. In: SADER, Emir (org.). **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma.** São Paulo: Boitempo, 2013.

GUILHERME, Cássio Augusto S. A. **Revista Veja: o indispensável militante tucano.** Revista Intelléctus – UERJ, ano XII, n 02, 2013. Disponível em <http://www.intellectus.uerj.br/Textos/Ano12n2/artigo_cassio_augusto.pdf>

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. Uma política externa para enfrentar as vulnerabilidades e disparidades. In: JAKOBSEN, Kjeld (org.) **A Nova Política Externa**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2010.

LEITE, Patrícia Soares. **O Brasil e a operação Sul-Sul em três momentos:** os governos Jânio Quadros/João Goulart, Ernesto Geisel e Luiz Inácio Lula da Silva. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.

HOBSBAWM, Eric. **Era dos Extremos: O breve século XX: 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

MATTOSO, Jorge. Dez anos depois. In: SADER, Emir (org.). **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma.** São Paulo: Boitempo, 2013.

MOREIRA, Luiz Felipe Viel *et al*. **As relações internacionais na América Latina.** Petrópolis: Vozes, 2010.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. **Introdução às relações internacionais: temas, atores e visões.** Petrópolis: Vozes, 2012.

SILVA, Carla Luciana. **Veja: o indispensável partido neoliberal (1989-2002).** Cascavel: Edunioeste, 2009.

SILVA, Luis Inácio Lula da. **A política externa do Brasil.** Brasília: IPRI/FUNAG, 2003.

Recebido em: 26/03/14
Aprovado em: 27/06/14